



Câmara Municipal de Mealhada
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

***NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DAS LICENÇAS DE USO PRIVATIVO E
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS QUIOSQUES DA AVENIDA EMÍDIO
NAVARRO NO LUSO***

As normas de atribuição, ocupação e utilização dos quiosques instalados na Avenida Emídio Navarro, no Luso, foram aprovadas pela Câmara Municipal da Mealhada em 2 de Fevereiro de 2006.

As referidas normas foram aprovadas num contexto especial e procuraram dar resposta à situação concreta criada com a transferência dos “vendedores ambulantes” do lado nascente, onde inicialmente se encontravam instalados, para o lado poente, da Avenida Emídio Navarro.

O direito de utilização dos quiosques foi atribuído às pessoas/vendedores ambulantes que já se encontravam a exercer essa actividade, prevendo-se nas referidas normas que o direito de utilização não podia ser cedido a terceiros e que, em caso de desistência da ocupação, o direito de utilização dos quiosques seria atribuído mediante a realização de concurso ou hasta pública.

O recurso a um procedimento concorrencial está consagrado também no artigo 26.º do Regulamento de Taxas em vigor, que prevê que, quando seja de presumir a existência de mais do que um interessado na atribuição do direito de ocupação/utilização da via ou outro espaço do domínio público ou privado do Município, se recorra à hasta pública ou concurso público. Nestes casos prevê o mencionado artigo que a Câmara Municipal deverá fixar as condições gerais da hasta pública/concurso público, nomeadamente a base de licitação para efeitos de arrematação/adjudicação.



Câmara Municipal de Mealhada
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

II – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS LICENÇAS DE USO PRIVATIVO

1. A licença de uso privativo dos quiosques será atribuída mediante a realização de concurso público, cuja base de licitação é de 100,00€, por quiosque.
2. O concurso público será aberto por deliberação da Câmara Municipal, a qual fixará o prazo para apresentação das propostas e será publicitado nas juntas de freguesia, mediante a publicação de editais e na página electrónica da Câmara Municipal.
3. Podem apresentar proposta as pessoas singulares que se encontrem nas condições gerais estabelecidas na lei.
4. As propostas deverão dar entrada nos serviços municipais até ao termo do prazo fixado pela Câmara Municipal, não sendo consideradas as que derem entrada para além desse prazo.
5. As propostas deverão ser apresentadas por escrito, de acordo com o modelo anexo (Anexo I), as quais devem ser encerradas em envelope lacrado e remetidas à Câmara Municipal da Mealhada, num segundo envelope, no rosto do qual deve ser indicada a designação do concurso público e o n.º do Quiosque a que respeita a proposta.
6. O direito de utilização dos quiosques será atribuído a quem oferecer o valor mais alto pelo direito de utilização, não sendo aceites propostas abaixo do valor base de licitação que consta do ponto 1.
7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será aberta licitação verbal, com lances mínimos de 50,00€, a qual terá lugar na 1.ª reunião da Câmara Municipal que se realizar após a data limite para entrega das propostas, notificando-se para o efeito os respectivos proponentes, por correio electrónico ou contacto telefónico para comparecerem na reunião para esse efeito, sob pena de serem excluídos da licitação e do concurso.
8. A pessoa a quem for atribuído o direito de utilização do quiosque, nos termos previstos no ponto anterior, fica obrigada a pagar à Câmara Municipal, no prazo de 5 dias após a comunicação da adjudicação, a totalidade do valor correspondente ao da



9

Câmara Municipal de Mealhada
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

III – DEVERES DOS TITULARES DAS LICENÇAS DE USO PRIVATIVO

1. Os titulares das licenças de uso privativo ficam vinculados ao cumprimento das seguintes obrigações, sob pena de cancelamento da licença:

1.1. O titular da licença não pode proceder a qualquer alteração da estrutura do quiosque, quer no interior, quer no exterior do mesmo, ou por qualquer forma ampliar a área do mesmo, com a instalação nomeadamente, de guarda-sóis, plásticos, lonas, toldos, bancas, redes, mesas, cadeiras e similares.

1.2. O espaço de venda, arrumação e/ou depósito e exposição de produtos deverá restringir-se à área útil do quiosque, a qual compreende o espaço interior e os respectivos expositores, não sendo permitida a utilização, para efeitos de exposição ou arrumação/acondicionamento de produtos, ainda que de forma pontual ou esporádica, do espaço público exterior ao quiosque.

1.3. A actividade exercida não poderá prejudicar, por qualquer forma, o trânsito de veículos e a circulação de peões.

1.4. O quiosque, bem como o espaço circundante, deverão ser mantidos em rigoroso estado de asseio e higiene.

1.5. O quiosque é propriedade municipal, devendo a respectiva utilização ser efectuada de molde a garantir o seu bom estado de conservação.

1.6. No caso de se verificar que foram causados danos no quiosque em resultado da má utilização do mesmo ou do incumprimento da obrigação de conservação, a Câmara procederá à reparação dos danos, imputando os custos correspondentes ao titular da licença.

1.7. Correm por conta do titular da licença todas as despesas decorrentes da utilização do quiosque, nomeadamente as relativas à energia eléctrica, incluindo as despesas da respectiva instalação.



Câmara Municipal de Mealhada
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

ANEXO II

ALVARÁ

DE LICENÇA DE USO PRIVATIVO DO QUIOSQUE N.º _____


----- Rui Manuel Leal Marqueiro, Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, faz saber, para os devidos efeitos, que, por deliberação da Câmara Municipal da Mealhada de ____/____/2020, e de acordo com as **NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DAS LICENÇAS DE USO PRIVATIVO E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS QUIOSQUES DA AVENIDA EMÍDIO NAVARRO NO LUSO**, foi concedida a _____, nome, n.º do BI/contribuinte e morada, licença de uso privativo, a título precário, para ocupação do **QUIOSQUE N.ºXXX** sito na Avenida Emídio Navarro no Luso, com a área útil de 12 m², nos termos e condições previstos nas mencionadas normas. -----

----- A presente licença é válida até 31 de Dezembro do corrente ano, sendo sucessiva e automaticamente renovável por períodos de um ano, desde que se mostre paga a taxa mensal prevista na Tabela de Taxas e Licenças do Município da Mealhada em vigor à data em que o pagamento for devido. -----

----- Para que sirva de título ao requerente se passou o presente alvará, que vai autenticado com o selo branco em uso no Município da Mealhada. -----

Mealhada, ____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara,



Rui Manuel Leal Marqueiro